



Estado lança campanha contra aftosa e prepara suspensão da vacina em 2016

A segunda etapa da campanha deste ano vai de 1 a 30 de novembro

Publicação

30/10/2014 17:25

Editoria

Agricultura

[Confira o áudio desta notícia](#)

[p](#) Imprimir

[j](#) Baixar

A Secretaria da Agricultura e do Abastecimento e a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná

(Adapar) lançaram nesta quinta-feira (30) a segunda etapa da campanha estadual de vacinação contra febre aftosa deste ano, que vai de 1 a 30 de novembro. Deverão ser vacinados cerca de 9,4 milhões de cabeças de bovinos e de búfalos de todas as idades. A vacinação é obrigatória e a partir deste ano a multa está mais elevada para quem deixar de vacinar o rebanho e também de comprovar junto à Adapar.

O lançamento da campanha, ocorrido em Curitiba, foi marcado pela expectativa de suspender a vacinação do rebanho paranaense a partir de 2016, após quase cinco décadas de campanhas consecutivas, com elevados investimentos do governo do Estado em estrutura de fiscalização e de custos com vacinas.

O objetivo do Paraná é conseguir o reconhecimento da Organização Internacional de Saúde Animal (OIE) o reconhecimento de área livre de febre aftosa, sem vacinação.

O secretário da Agricultura, Norberto Ortigara, acredita que a última campanha de vacinação poderá ocorrer em novembro de 2015. Além da febre aftosa, Ortigara anunciou que também em 2016 o Paraná deverá obter o reconhecimento de área livre de peste suína clássica. Segundo Ortigara, com esse novo status, o Paraná poderá acessar mercados de países mais atraentes e que pagam melhor no mercado internacional, como Japão e Estados Unidos.

MULTA - A Adapar informa que a partir de novembro o valor da multa para o produtor que não vacinar e não comprovar a vacinação está bem mais alta em relação às campanhas anteriores. O objetivo não é multar, disse Inácio Kroetz, mas fazer com que o produtor se conscientize de sua obrigação e manter seu rebanho imunizado.

Nas propriedades com até 10 animais, a multa será de R\$ 752,00, independente se apenas um animal não foi vacinado. Nas propriedades com mais de 10 animais, a multa vai incidir no seu valor total – de R\$ 752,00 – mais R\$ 75,28 por animal não vacinado. Essa mesma penalidade será aplicada para quem não comprovou a vacinação, que atualmente pode ser feita pelo sistema on-line no site da Adapar – www.adapar.pr.gov.br.

NOVAS MEDIDAS - No lançamento da campanha de vacinação contra febre aftosa, os dirigentes das principais entidades que representam produtores e indústrias debateram qual o caminho a seguir para que o Paraná tenha o reconhecimento internacional de área livre de febre aftosa sem vacinação.

Entre os pontos favoráveis listados pela Adapar estão os bons indicadores epidemiológicos que dão o suporte para a mudança de estratégia no Paraná. Entre eles está a falta de circulação viral da doença nas Américas há pelo menos dois anos e meio e o fato de o Estado não registrar foco da doença desde 2005. De lá para cá, o governo do Estado investiu na criação da Agência de Defesa Agropecuária (Adapar), uma estrutura ágil e moderna para atacar os pontos mais vulneráveis e necessários para o controle da doença.

Segundo Ortigara, para que o controle da sanidade no Estado seja mais transparente, conforme as exigências internacionais, falta pouco, como a conclusão das contratações por meio de concurso público, processo em curso, assim como aumentar o controle do trânsito de animais, estratégia que já vem sendo traçada.

“A reunião de hoje tem o objetivo de conclamar a todos para um pacto como cumprir de forma consciente a obrigação de vacinar o rebanho até novembro de 2015”, disse o secretário. Ele ressaltou que a Seab e Adapar vão concentrar esforços para a reestruturação dos postos fixos nas divisas com os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, um projeto que está sendo

traçado junto com o Departamento de Estradas de Rodagem (DER).

AGÊNCIA - Atualmente a Adapar conta com 135 Unidades Locais de Sanidade Agropecuária (Ulsa) e 227 escritórios municipais para atendimento ao produtor. De acordo com o diretor-presidente da agência, Inácio Afonso Kroetz, o Paraná conta com o reforço da estrutura de fiscais agropecuários com a contratação de 200 técnicos entre médicos veterinários e técnicos agropecuários que já fizeram concurso público este ano.

Kroetz falou sobre o sistema transparente de notificações e que pode ser submetido à auditoria nacional e internacional. Segundo ele, o Paraná já atende quase todos os itens considerados imprescindíveis, importantes e necessários listados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Segundo ele, a Adapar está agora concentrando esforços no item sobre Cadastro de Propriedades e Controle do Transito Animal por meio dos postos fixos e volantes para que eles possam operar 24 horas por dia, para atender as exigências da OIE.

Os dirigentes das principais entidades se manifestaram de forma favorável à proposta. O presidente do Sindileite e representante do setor cooperativista, Wilson Thiesen, disse que a suinocultura será o segmento que será mais beneficiado de forma imediata. Thiesen antecipou que uma grande cooperativa do Oeste do Estado tem planos de quadruplicar a capacidade de sua planta de abate de suínos, num investimento de R\$ 1,5 bilhão no Paraná.

Para o presidente do Sindicarnes, Péricles Salazar, a suspensão das campanhas de vacinação contra febre aftosa e a conquista de um novo status sanitário é um desafio que move a todos: produtores e indústrias. Isso porque o reconhecimento de área livre sem vacinação acena com ótimas expectativas, desde a melhora nas exportações de carnes até a atração de novos investimentos em plantas industriais que querem acessar os mercados mais atraentes.

Participaram do encontro os dirigentes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado Paraná, Antonio Zarantonelo), do Sindileite, Wilson Thiesen, do Sindicarnes, Pericles Salazar, da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, Ronei Volpi, do superintendente substituto do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Paraná, Carlen Henrique Saconato e do deputado estadual Pedro Lupion, que é representante do bloco parlamentar agropecuário da Assembleia Legislativa do Paraná.

Saiba mais sobre o trabalho do governo do Estado em: <http://www.facebook.com/governopr> e www.pr.gov.br

Saiba mais sobre o trabalho do Governo do Estado em:

<http://www.facebook.com/governopr> e www.pr.gov.br



[Acesse a galeria de fotos](#)



Receba novidades e alertas personalizados da Agência de Notícias no seu e-mail ou navegador

[Compartilhar no Facebook](#)

[Compartilhar no Twitter](#)

[Encontrou algum erro](#)

[Mais notícias](#)

PARANÁ INFORMA



Receba as novas publicações

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ

[Últimas notícias](#) | [Na Sua Região](#) | [Fotos](#) | [Áudios](#) | [Vídeos](#) | [Acessibilidade](#) | [Contato](#) |
[Assessorias de Comunicação](#) | [Histórico de Notícias](#) | [Arquivo de Notícias](#) | [Clipping](#) |



GOVERNO
DO ESTADO DO PARANÁ



© [Secretaria de Comunicação Social](#).

Palácio Iguazu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
Centro Cívico 80530-909 - Curitiba - PR - [MAPA](#)

Para informações entre em [contato](#).



Secretário da Agricultura e do Abastecimento, Norberto Ortigara. Foto: ANPr



Paraná estuda novas estratégias para avançar na exportação de carnes

Tema central da reunião do Conesa foi a possibilidade de tornar o Estado reconhecido como área livre de febre aftosa, sem a necessidade de vacinação

Publicação

20/05/2014 16:44

Editoria

Agricultura

[Confira o áudio desta notícia](#)

[p](#) Imprimir

[j](#) Baixar

Três meses após retomar a exportação de carne bovina para a Rússia, o Paraná estuda estratégias para ampliar suas exportações e conquistar mercados mais exigentes a longo prazo. O tema foi discutido na 45ª reunião do Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária (Conesa), nesta segunda-feira (19), em Curitiba. O assunto central dos debates foi a possibilidade de tornar o Estado reconhecido internacionalmente como área livre de febre aftosa, sem a necessidade de vacinação.

Atualmente, o Paraná e outros 14 estados brasileiros – além do Distrito Federal e da região Centro-Sul do Pará – são considerados pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) áreas livres da doença com a aplicação de vacina. “Seria importante conquistar um novo padrão de reconhecimento internacional. É um desafio por ser um projeto de longo prazo, mas é preciso dar o primeiro passo”, avaliou Norberto Ortigara, secretário estadual da Agricultura e do Abastecimento e presidente do Conesa.

O secretário explica que, de alto poder de difusão, o vírus da febre aftosa é a grande causa de embargos entre países. “Aqueles que são livres da doença estabelecem fortes barreiras à entrada de animais susceptíveis e seus produtos oriundos de regiões com aftosa, o que gera efeitos negativos sobre a pecuária e à economia do País, com graves consequências sociais”, disse.

Ortigara complementa que o embate para a transição para Estado livre de aftosa sem vacina se dá em função dos investimentos necessários na ação. Se por um lado o Estado anularia os gastos com a aplicação da vacina, teria que investir ainda mais na vigilância sanitária dos rebanhos paranaenses.

“O governo estadual tem se preparado para essa mudança, começando pela criação da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), há dois anos, e com o reforço do quadro da agência, em 2014, com a contratação de 200 novos profissionais por meio de concurso público”.

“O Paraná e o Brasil querem e precisam evoluir para conquistar mercados mais exigentes. O custo para alcançar esta chancela de qualidade é alto, mas estes países também pagam muito melhor por estes produtos”, disse Inácio Afonso Kroetz, presidente da Adapar. Ele também explicou que o Paraná não pensa em traçar este caminho sozinho e por isso busca trabalhar com outros estados para aprovar a eliminação da vacina.

LÁCTEOS E OUTROS PRODUTOS – Pensando em ampliar ainda mais as exportações no futuro, o Paraná também visa intensificar outras ações de defesa agropecuária para comercializar produtos lácteos, produtos vegetais e outros tipos de carne nestes grandes mercados internacionais.

Um dos programas que contemplam esta categoria é o de Erradicação de Brucelose e Tuberculose, que foi instituído no final de 2013 e entrou em vigor neste ano, visando a melhoria da qualidade do leite e, conseqüentemente, dos produtos lácteos.

De acordo com as novas normas, os produtores que não vacinarem seus animais contra a brucelose no período recomendado, com a vacina B19, serão multados e terão a obrigatoriedade de comprovar a vacinação do rebanho com a vacina alternativa RB51.

No caso da tuberculose, o Governo do Estado tem indenizado com recursos do Fundo de Equipamento Agropecuário (Feapos) os produtores que têm animais sacrificados por terem contraído a doença. “Desde que o programa de indenização entrou em vigor, o número de notificações de casos de tuberculose aumentou no Estado. Apesar de este parecer um dado

negativo, é o contrário. Antes, era preciso fiscalizar as propriedades para saber se havia animais infectados com tuberculose. Hoje, se eles foram sacrificados, o produtor nos procura para informar e receber a indenização”, explica Kroetz.

Assim, os produtores terão de comprovar a ausência de tuberculose e brucelose de todo rebanho leiteiro para comercializar seus produtos. Já aos laticínios cabe exigir os exames do rebanho leiteiro de seus fornecedores de leite in natura, não podendo receber e comercializar o produto das propriedades que não comprovarem os exames de brucelose e tuberculose e a vacinação contra a brucelose em seu plantel.

Saiba mais sobre o trabalho do governo do Estado em: <http://www.facebook.com/governopr> e www.pr.gov.br

Saiba mais sobre o trabalho do Governo do Estado em: <http://www.facebook.com/governopr> e www.pr.gov.br



[Acesse a galeria de fotos](#)

[Mais notícias](#) 

PARANÁ INFORMA



Receba as novas publicações

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ

[Últimas notícias](#) | [Na Sua Região](#) | [Fotos](#) | [Áudios](#) | [Vídeos](#) | [Acessibilidade](#) | [Contato](#) |
[Assessorias de Comunicação](#) | [Histórico de Notícias](#) | [Arquivo de Notícias](#) | [Clipping](#) |



© [Secretaria de Comunicação Social](#).

Palácio Iguazu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
Centro Cívico 80530-909 - Curitiba - PR - [MAPA](#)

Para Informações entre em [contato](#).

ENTREVISTA

"Estamos, sim, estudando a ampliação do Paraná Competitivo, com novos mecanismos, inclusive para investimentos em máquinas e equipamentos"



Oeste com a reforma do berço 201; contratação dos projetos executivos para a construção do píer em "F" (serão mais quatro berços destinados à exportação de granéis sólidos de origem vegetal, permitindo que vários "players" tenham a possibilidade de se conectar a um eixo comum para movimentação de suas mercadorias); aprofundamento do cais de acostagem do Porto de Paranaguá e remodelação do cais público; recuperação do cais do Porto de Antonina.

Fora isso, estão entre nossas prioridades para os próximos quatro anos projetos que dependem do governo federal, como a dragagem de aprofundamento, a construção do terminal de passageiros e o arrendamento dos píers em "F" e em "T" (em execução, no valor de R\$ 4,7 milhões, sendo que o corredor passará a ter uma capacidade de embarque de 16 mil toneladas/hora).

Paraná Cooperativo - Como o governo procederá na garantia do direito de propriedade e que contemple a imediata reintegração de posse de áreas invadidas?

Beto Richa - Felizmente, nos últimos quatro anos não tivemos problemas de invasões em propriedades privadas. Isto foi conseguido pelo respeito e o diálogo com as pessoas que moram nos assentamentos oficiais. Posso citar apenas um caso de invasão, da fazenda da Araupel, no município de Rio Bonito

do Iguaçu, em julho, coincidentemente durante o período pré-eleitoral. Mas, mais uma vez, resolvemos por meio do diálogo. Confio nessa forma de respeito para não termos invasões de propriedades em nosso Estado.

Paraná Cooperativo - Quais ações pretende realizar para reduzir a criminalidade no Estado?

Beto Richa - Os resultados em nossa primeira gestão foram animadores. Houve, por exemplo, redução de 22%, em média, em todo o Estado, no número de homicídios em 2013 em comparação a 2010.

Nossas principais propostas para a Segurança Pública na próxima gestão são a contratação de mais 10 mil policiais; instalação de módulos móveis da Polícia Militar nos municípios mais populosos, que funcionarão no sistema de polícia comunitária; implantação de um inovador sistema de monitoramento, o Vigia, nos moldes do que é usado pela polícia de Nova York. A ferramenta integrará numa Central todas as câmeras de monitoramento, públicas e privadas, das grandes cidades paranaenses, auxiliando a polícia a combater o crime. O Vigia emitirá alerta de movimentos suspeitos, facilitando o trabalho dos policiais.

Além disso, vamos entregar 20 obras no sistema penitenciário, abrindo 6.670 vagas para presos condenados,

que serão retirados das carceragens das delegacias. Vamos, com certeza, melhorar ainda mais os índices de segurança no Estado.

Paraná Cooperativo - O governo possui projetos para incluir nas grades curriculares do ensino público disciplinas sobre cidadania, empreendedorismo, associativismo e cooperativismo?

Beto Richa - Atualmente os assuntos são trabalhados dentro de outras disciplinas, principalmente nos cursos profissionalizantes do ensino médio, presente em 354 colégios estaduais. No entanto, uma das propostas do Governo do Estado para a educação é o incentivo e apoio às escolas estaduais para o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras, como parte diversificada da base comum nacional, mais ajustadas à juventude e suas necessidades e expectativas de aprendizagem. A inclusão dos temas apresentados na questão dependerá destes debates.

Paraná Cooperativo - O Paraná deixou de fazer parte da relação de estados livres de peste suína clássica, enviada pelo Mapa para a Organização Internacional de Saúde Animal. O que seu governo pretende fazer na área de sanidade?

Beto Richa - Estamos intensificando esforços para que o Paraná seja incluído e obtenha o reconhecimento

da Organização Mundial de Saúde Animal, a partir de maio de 2015. Mobilizaremos dirigentes da Adapar, da Secretaria da Agricultura, da Ocepar, Faep, Fiep da Fetaep, dos Sindicatos dos Produtores de Leite (Sindleite), dos Produtores de Aves (Sindiavipar), de Carnes (Sindicarnes) e da Associação Paranaense de Sui-nocultores

No dia 30 de setembro, foi lançada a campanha contra a febre aftosa. Além disso, estão programadas ações para a estruturação das barreiras interestaduais nas divisas com São Paulo e Mato Grosso do Sul, incluindo reformas e construção de novas instalações. Ficou acordado, ainda, que haverá melhorias no controle do trânsito de animais nas divisas estaduais e no trânsito em geral de animais e material de risco, assim como a estrutura física dos órgãos de defesa e recursos humanos para cumprimento das atribuições da Adapar. Cerca de 200 profissionais aprovados no concurso realizado pela Adapar, em junho, já fizeram exames médicos e serão chamados brevemente para compor o seu quadro.

Paraná Cooperativo - O BRDE recebeu recentemente R\$ 200 milhões para sua capitalização. Para 2015 será necessária nova capitalização? O que o Estado irá fazer para viabilizar a capitalização constante do banco?

Beto Richa - Cabe esclarecer que os efeitos da capitalização do BRDE

não se restringem a 2014. A decisão estratégica de aportar R\$ 200 milhões ao capital da instituição garante o exercício do seu papel econômico e social pelos próximos anos. Portanto, novos aportes não são obrigatórios e sua falta não comprometerá o funcionamento do BRDE. O que está em andamento são estudos realizados pela equipe da instituição para buscar outras formas de reforçar o seu capital, como a capitalização dos lucros e recriação de um órgão que trabalhe pelo desenvolvimento do Sul, nos moldes da antiga Sudesul. Isto daria ao BRDE a possibilidade de administrar fundos para financiar obras de infraestrutura na região.

Destaco que a instituição de fomento, que tem seu controle administrativo dividido entre os governos dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, já vinha nos últimos anos concentrando a maior parte das concessões de financiamentos a projetos de investimento para empreendedores paranaenses. Esse movimento foi intensificado a partir de 2011, primeiro ano da minha gestão, e chegou ao ápice de 48% em 2012.

E, com os R\$ 200 milhões, esse desempenho ganha muito fôlego para melhorar em 2015. Foi ampliado o grau de alavancagem financeira do BRDE, o que permitirá maior apoio a projetos de investimento dos mais diversos setores. O banco também trabalhará pela

melhoria da infraestrutura dos municípios por meio de financiamentos, por exemplo, a ampliação do sistema viário, modernização das instalações nas áreas de educação e saúde, revitalização de vias urbanas, adequações de áreas industriais.

Paraná Cooperativo - Deixe uma mensagem para os cooperativistas do Paraná.

Beto Richa - As cooperativas são imprescindíveis para o desenvolvimento socioeconômico do Paraná. Não teríamos alcançado o nível da qualidade de vida dos paranaenses sem a participação efetiva dos produtores rurais, especialmente, daqueles que são cooperados. São 81 cooperativas agrícolas no Estado, responsáveis por 56% da economia agrícola no Paraná. O sistema cooperativista, com 240 cooperativas em nosso Estado, agrega cerca de 1 milhão de cooperados, é pujante e gera mais de 70 mil empregos. Seu faturamento em 2013 foi de R\$ 46 bilhões. Sei que as cooperativas representam mais ou menos 70% do agronegócio, que representa um terço do Produto Interno Bruto (PIB) paranaense. São números expressivos que me levam a concluir que, realmente, as cooperativas são imprescindíveis para o Paraná. Por isto, agradeço o empenho e peço aos cooperativistas que continuem acreditando na fertilidade de nossa terra e na seriedade de nosso governo.

“Não teríamos alcançado o nível da qualidade de vida dos paranaenses sem a participação efetiva dos produtores rurais, especialmente, daqueles que são cooperados”

